



Conceito refere-se a práticas que devem ser implementadas para que negócios estejam em conformidade com obrigações fiscais e contábeis

## Governança

# Compliance fiscal ganha força entre as empresas

**NÍCOLAS PASINATO**  
nicolasp@jcrs.com.br

A Lei 12.846, conhecida como Lei Anticorrupção, entrou em vigor no início de 2014, na esteira das manifestações ocorridas no ano anterior. Naquele momento, o combate à corrupção despontava como uma das principais bandeiras de quem protestava e da sociedade em geral. A legislação destina-se a punir empresas envolvidas em práticas relacionadas à corrupção, com a aplicação de multas de até 20% do faturamento. A medida também foi responsável por uma maior propagação de programas de compliance entre as companhias, com o objetivo de mitigar riscos de inconformidades, que envolvem, entre outras coisas, práticas de adequação dos aspectos fiscais e contábeis de uma organização.

A palavra “compliance” tem

origem no verbo inglês “to comply”, que quer dizer cumprir, obedecer ou estar de acordo com as normas legais e regulamentares da atividade em questão. “Define-se compliance como seguir as leis, normas e procedimentos internos das organizações, além de parcerias éticas, seja com o setor público ou privado e seus fornecedores”, classifica o contador e CEO da empresa Solução Negócios Corporativos, Clóvis da Rocha.

Anterior à Lei Anticorrupção, Rocha cita outros dois eventos que contribuíram para dar maior visibilidade ao tema no Brasil. Em 1922, o mercado nacional abriu as portas para as empresas estrangeiras. “O País, nesse caso, teve que atender aos padrões éticos para evitar atos de corrupção, principalmente diante da competitividade entre as empresas transnacionais”, recorda.

Quase duas décadas depois,

em 1940, houve a instituição do Código Penal Brasileiro. Com isso, os crimes contra a administração pública foram estabelecidos e os empresários começaram a perceber a importância da implementação do compliance nas organizações.

Inseridas nesse processo estão as práticas de compliance fiscal, que nada mais são do que estar em conformidade com as diversas obrigações fiscais e contábeis vigentes. Em meio a um sistema tributário complexo, que conta com cerca de 70 tipos de tributos federais, estaduais e municipais, esse conjunto de ações que ajuda a cumprir as exigências fiscais referentes ao ramo de atuação da empresa se torna ainda mais importante.

“Estar em consonância com todas as normas e legislações em vigor no Brasil é uma tarefa árdua que deve ser perseguida dia

após dia. Porém, se as organizações tiverem o comprometimento e buscarem bons parceiros, elas irão conseguir implementar políticas de compliance fiscal que irão contribuir para estarem de acordo com as normas legais vigentes”, analisa Rocha.

Estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) no ano passado mostrou que, desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foram editadas cerca de 6,7 milhões de normas que regem a vida dos cidadãos brasileiros. Desse total, cerca de 6,58% se referem à matéria tributária, sendo 36.483 normas tributárias federais, 146.849 estaduais e 259.904 municipais. Dados esses que ajudam a dimensionar o desafio em estar em conformidade com a lei.

Para apoiá-los nesta árdua tarefa, os empresários podem contar com especialistas contábeis e/ou

profissionais do direito tributário. “O profissional deve ter um bom conhecimento da empresa, o que envolve todos os colaboradores e parceiros. Assim, deve estimular uma cultura organizacional ética, conhecer a legislação do segmento que a organização atua e monitorar a atuação dos colaboradores e de todos os envolvidos nos processos”, aconselha o contador.

Segundo ele, o momento atual não permite que as empresas coloquem o assunto em segundo plano, já que o estado, a partir da fiscalização eletrônica, está cada vez mais hábil em levantar inconformidades. “Neste cenário, as empresas devem pensar em como mitigar os passivos. A implementação de compliance fiscal, em conjunto com bons parceiros, tem sido eficaz para buscar essa conformidade”, defende Rocha.



**Governança** Estar em dia com as obrigações tributárias traz vantagens que vão de redução de custos a ganho de credibilidade

## Compliance fiscal contribui para competitividade das empresas

**NÍCOLAS PASINATO**  
nicolasp@jcrs.com.br

Além de diminuir os riscos de inconformidades, práticas de compliance fiscal auxiliam no nível de competitividade das empresas. Estatísticas de estudo apontadas pelo IBGE/Impostômetro (2015 – 2017), por exemplo, dão conta de que 95% das empresas brasileiras pagam mais impostos do que deveriam. O compliance fiscal auxilia na solução desse problema e é uma ferramenta que ajuda a reduzir os custos ligados às mais diversas obrigações tributárias.

Entre os benefícios de uma companhia estar em compliance fiscal, segundo o CEO da empresa Solução Negócios Corporativos, Clóvis da Rocha, aparecem ainda o ganho de credibilidade no mercado, aumento na rentabilidade, estabelecimento de relações comerciais mais éticas e fortalecimento e disseminação de uma boa cultura organizacional.

Por outro lado, o maior prejuízo das empresas em não ter um compliance fiscal implementado são as penalidades que, além de causar dano financeiro, pode impactar a imagem da companhia perante o mercado. “Isso ocorre, principalmente, quando o estado executa a dívida e a mesma se torna pública em cartórios e outras instituições, podendo inclusive abalar o seu crédito perante

fornecedores ou terceiros”, alerta o executivo.

Para se manter em compliance fiscal, existem algumas práticas comuns a serem seguidas pelos empresários, como garantir um bom planejamento tributário; mapear riscos e processos; ter uma boa gestão dos documentos fiscais; promover educação continuada aos colaboradores; elaborar um código de ética e garantir a independência de auditores internos ou externos.

“Para começar a adoção de um compliance fiscal, a entidade deve inserir estas práticas aos seus planejamentos, orçamentos e processos, pois somente por meio da inteligência tributária pensada com antecedência é possível determinar as estratégias de compliance que poderão proporcionar um alto nível de segurança, vantagem legal e assertividade nos aspectos fiscais”, acrescenta o contador, auditor independente e membro da comissão de estudos de governança e compliance do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CR-CRS) Sandro Bittencourt.

Ainda conforme Bittencourt, implementar um sistema de compliance em uma empresa é um desafio que envolve a quebra de uma série de barreiras. “Um dos maiores desafios é o cultural, haja vista que a formalização da conformidade deve ser escrita, registrada e

divulgada, atos estes que teoricamente seriam desnecessários, pois cada elo da entidade deveria sempre privilegiar a atitude correta e íntegra”, opina.

O nível de maturidade dos executivos brasileiros em relação ao tema, porém, parece vir crescendo ano a ano. Pesquisa Maturidade do Compliance no Brasil, realizada pela KPMG, mostrou que enquanto em 2015 apenas 40% das companhias participantes afirmaram que as funções de compliance eram predominantemente realizadas pela própria área de compliance, na edição divulgada no segundo semestre de 2021, esse número saltou para 64%. Além disso, na edição mais recente, somente 4% responderam que não contam com uma área específica para esse fim.

Segundo o estudo mais recente, os riscos do compliance mais relevantes destacados pelos respondentes foram gestão de terceiros e contratos, citados por 92% dos respondentes, seguido por fraude, combate à corrupção e lavagem de dinheiro, com 90% e questões trabalhistas, segurança do trabalho, previdenciários e tributário, com 85%. No levantamento, foram ouvidos líderes de 55 empresas brasileiras de variados portes e setores, que responderam sobre riscos de compliance, tecnologia e uso de dados e gerenciamento de deficiências.



CLÓVIS DA ROCHA/ARQUIVO PESSOAL/JC

Ausência de compliance pode afetar imagem da empresa, alerta Rocha

### *Medida ainda é pouco explorada entre os pequenos negócios*

Embora a preocupação com o compliance venha ganhando espaço nas grandes corporações, entre as empresas de menor porte o tema é ainda muito pouco debatido, conforme avalia o sócio-fundador da Assertif, José Guilherme Sabino. Pensando nisso, a consultoria especializada na mineração de créditos tributários, fechou, recentemente, parceria com a WK, empresa especializada em softwares de gestão empresarial (ERP), com o intuito de oferecer o serviço de compliance fiscal para organizações de todos os portes.

“Uma das ideias é oferecer essa atividade na forma de assinatura para o mercado de contabilidade, de modo que os escritórios possam auxiliar seus clientes nesse segmento”, revelou Sabino.

Além disso, pesqui-

sa realizada pela Assertif revelou que apenas 31% dos pequenos escritórios contábeis oferecem o serviço de compliance fiscal e 94% não possuem especialista em recuperação de créditos tributários. A pesquisa foi elaborada junto a 42 pequenos escritórios associados ao Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

Para o contador Sandro Bittencourt, ao analisar o mercado de escritórios de contabilidade atual, tanto a nível regional como nacional, existem, na sua avaliação, poucas evidências de empresas contábeis que disponibilizam serviços ligados à implementação, treinamento ou auditoria em práticas de compliance.

“Os profissionais da área contábil devem manter olhar atento e atualizado sobre este mercado,

pois com a formação que estes profissionais possuem, aliados à educação continuada podem encontrar uma importante fonte de incremento de receitas, bem como estarão contribuindo diretamente para evolução dos negócios do País”, defende.

Segundo ele, apesar da conformidade fazer parte da essência da profissão contábil, é importante que os contadores busquem constante atualização e formação específica sobre a área. “O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul possui uma comissão de estudos ligada diretamente aos temas de compliance e governança e se coloca como uma fonte para que os profissionais acessem as discussões e atualizações sobre a matéria por meio de eventos, webinars e palestras”, ressalta.



SANDRO BITTENCOURT/ARQUIVO PESSOAL/JC

Bittencourt vê necessidade de constante atualização

### *Tecnologia desponta como ferramenta de compliance*

A tecnologia é outra tendência que deve aparecer cada vez mais como uma aliada nos processos de compliance. Conforme pesquisa Maturidade do Compliance no Brasil, realizada pela KPMG no segundo semestre de 2021, cerca de 65% das empresas afirmaram que inovação tecnológica em compliance ainda não é um tema de debate na empresa. Ou seja, há um terreno fértil de crescimento nessa área.

“A tecnologia somente pode apoiar e qualificar a implementação de práticas de compliance fiscal, haja vista que por meio desta é possível definir políticas e regras de conformidade, bem como monitorá-las e auditá-las com rapidez e elevado nível de segurança”, analisa o contador Sandro Bittencourt.